

TRABALHO E INSERÇÃO NO MUNDO DA VIDA:  
SIGNIFICADOS PARA OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL DIANTE DO CRESCIMENTO  
DA URBANIDADE\*

*Sandro Alves Corrêa\*\**  
*Andreia Aparecida Marin\*\*\**  
*Sandra de Fátima Oliveira\*\*\*\**

RESUMO

Os estudos sobre percepção ambiental raramente tratam das vivências cotidianas, do lazer e do trabalho, que moldam os modos de viver e possibilitam a construção de concepções e de laços topofílicos que fundamentam a relação com o lugar habitado. No presente trabalho, discutimos a razão tecno-científica da modernidade e o distanciamento do mundo vivido e da natureza como conseqüências diretas das mudanças na vida e no trabalho dela derivadas, e avançamos para a descrição de uma realidade rural concreta, destacando possíveis significados da preservação da relação espaço-trabalho de moradores do entorno do Parque Estadual da Serra de Caldas-Goiás. Adotamos, para tanto, o referencial teórico da fenomenologia e algumas considerações antropológicas, críticas e da educação estética.

Palavras-chave: Educação ambiental. Percepção ambiental. Trabalho. Fenomenologia.

INTRODUÇÃO

O campo de discussões que se forma ao se pensar educação ambiental envolve múltiplos aspectos da relação entre ser humano e lugar

---

\* Recebido em 24/01/2008 e aprovado em 30/05/2008.

\*\* Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: sandrobio@yahoo.com.br

\*\*\* Doutora em Ecologia e Recursos Naturais (UFSCAR, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. E-mail: aamarin@ufpr.br

\*\*\*\* Doutora em Geociências (USP), professora do IESA/UFMG. E-mail: sanfaoli@iesa.ufg.br

vivido. É muito comum encontrarmos a referência ao ambiente como se ele representasse somente a parcela do espaço que ganha significados na medida em que possui elementos da natureza, sendo raras as considerações das ambiências em que se dão nossas relações comunitárias, de lazer e de trabalho.

Os estudos sobre a percepção ambiental têm ampliado essa referência, ao atribuir ao lugar a noção de espaços vividos cotidianamente e povoados de significações que variam de acordo com as configurações de paisagem e as singularidades culturais de seus habitantes. Não obstante, as relações que o ser humano estabelece com esses espaços pela mediação do trabalho são raramente alvos de reflexões no campo. Se considerarmos que é nesses espaços que o ser humano vive a maior parte de seu tempo e é no trabalho que ele forja e reafirma constantemente sua identidade e a dá em comunicação, podemos concluir que há um campo potencial de ações educativas deixando de ser pensado pela educação ambiental.

É nossa intenção nas presentes reflexões tratar da forma como as relações do ser humano com o ambiente são mediadas pelo trabalho. Não objetivamos falar do trabalho à luz das análises socioeconômicas que por vezes ganham foco nas discussões sobre o tema, especialmente nos ensaios de base marxista. Mas partiremos de considerações importantes dessa natureza, principalmente as relacionadas às conseqüências do modelo industrial da produção em série e da racionalização que automatiza o ser humano na modernidade, para chegarmos ao foco de nossas reflexões: as formas de distanciamento do mundo vivido e da natureza como conseqüências diretas dessa dimensão do trabalho. No desdobramento deste foco, discutiremos ainda: as diferenças fundamentais entre esse modo de trabalho e aquele desempenhado no ambiente rural, destacando principalmente o aspecto volitivo no desenvolvimento humano; as formas como essas diferenças refletem distintas maneiras de percepção do espaço e do mundo vivido; por fim, o que isso pode representar em termos de dessensibilização do ser humano, especulando sobre os desafios da educação ambiental diante dessa importante conseqüência. Nossa argumentação dá lugar, na seqüência, à apresentação de dados de uma realidade concreta específica, *locus* de um estudo sobre percepção ambiental recentemente desenvolvido, onde se pretendeu compreender as formas de relação espaço-trabalho entre moradores de pequenas propriedades rurais no entorno de uma unidade de conservação – o Parque Estadual da Serra de Caldas.

No desenvolvimento de nossas reflexões, utilizamos como diálogos teóricos: considerações de teóricos críticos sobre a configuração dos modos de trabalho na modernidade, permeados pela racionalidade tecno-científica; fundamentos fenomenológicos da problematização do trabalho autômato, como causas do distanciamento do ser humano em relação ao ambiente vivido; referências antropológicas sobre a importância da ação volitiva no desenvolvimento integral do ser humano; argumentos do campo da educação estética para repensar os desafios da educação ambiental diante das questões expostas.

#### DESENVOLVIMENTO HUMANO E VOLIÇÃO

Sempre que nos propomos a pensar a percepção e a educação ambiental, nos deparamos com o desafio de rever a complexidade humana. O fenômeno da percepção revela múltiplas facetas da interação do ser humano com o lugar vivido e a coletividade. Uma análise mais atenta e detalhada dessa interação permite evidenciar que há mais que aspectos puramente racionais envolvidos: no encontro do ser humano com o mundo, são todas as suas dimensões que se colocam em relação, de maneira que a interação é também emotiva, imagética, mnêmica e, portanto, essencialmente cultural.

Não por acaso, o ser humano das sociedades modernas perdeu progressivamente o sentido dessa interação. Já é bem conhecido o fato de que o movimento de racionalização que, por meio de um discurso lógico e pelo argumento da supremacia da ciência e da técnica, engessou o humano em sua intelectualidade, em detrimento de suas dimensões fluidas. Porém, ainda não vencemos as reflexões sobre como esse processo penetra na intimidade da humanidade, escravizando o ser humano a um modelo inabalável, que reduz o sentido da educação; dita mecanismos de desenvolvimento que ignoram os fenômenos ecológicos; força uma automação das atividades cotidianas, incluindo o trabalho; gera como consequência de uma exacerbação do exercício intelectual ou da ação mecânica um desequilíbrio dos ritmos naturais do corpo, que resulta numa diversidade de problemas de saúde.

Vamos ousar tomar como referência, nesse contexto, considerações críticas de um pensador visionário que há mais de um século apontava para os prejuízos dessa fragmentação do ser humano. Rudolf Steiner (1883-1925) acreditava em um ser humano que se manifestava em três

distintas atividades anímicas: pensar, sentir e querer. Para Steiner, a educação deveria dar a mesma atenção para qualquer uma dessas dimensões, uma vez que é através dessas atividades que o ser humano envolve-se efetivamente com o mundo. Interpretando a detalhada descrição dessas dimensões feitas por Steiner, Oliveira (2006, p. 49) considera que o pensar é exercitado pela linguagem lógico-cognitiva, o sentir pelas imagens e o querer pela linguagem do corpo, pela ação.

É pela natureza volitiva da ação que o humano mergulha efetivamente no mundo concreto. Bach (2007, p. 91), discutindo a obra *A filosofia da liberdade* (2000), de Steiner, considera que o querer “é a fonte da motivação, do interesse, é a força do impulso e das ações”, não sendo apenas resultado do conceito ou da representação.

O desenvolvimento humano pressupõe a motivação dessa volição, de forma que se temos uma educação centrada somente no pensar, em detrimento do sentir e do querer, estamos formando ser humanos parciais e, ainda mais, incapazes de interagir com o mundo ou de entender os significados dessa interação.

Na educação e no ensino do futuro, deverá ser atribuído um valor muito especial ao cultivo da vontade e da vida afetiva. Mesmo aqueles que não cogitam de uma reforma do ensino e da educação afirmam a necessidade de se dar especial consideração à educação volitiva e emotiva. (STEINER, 1988, p. 52)

Parece-nos que a importância na dimensão do querer está justamente em que ela é o ponto extremo de nossas ações no mundo, expressando-se, sobretudo, através de nossa corporeidade. Nas discussões que temos acompanhado no campo da educação ambiental é muito comum falar-se em conceitos e representação como causas diretas dos comportamentos do ser humano na sua relação com a natureza e o lugar habitado. Sem dúvida, essa relação é pertinente, mas esse foco nas dimensões cognitivas distancia-o cada vez mais do mundo vivido, onde se manifesta necessariamente pela vontade e pela emoção. Nesse sentido, qualquer educação que se recuse a trabalhar com essas dimensões fluidas não poderá ser efetivamente educação ecológica.

Cabe-nos, neste ponto, retomar o princípio básico da fenomenologia expresso na obra de Husserl (1986): não há consciência sem mundo, não fazendo sentido o distanciamento entre sujeito pensante e objeto concreto. É com base nesse princípio que os fenomenólogos, em especial

Merleau-Ponty, desenvolveram profundas reflexões sobre a necessidade de retorno do ser humano ao mundo da vida.

Uma das frases mais significativas da obra *Fenomenologia da percepção* talvez seja esta: “estamos presos ao mundo e não chegamos a nos destacar dele para passar à consciência do mundo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 26). Esse encontro do humano com o mundo se dá através do corpo, a representação do ser encarnado: ele é “carne do mundo”, de forma que “ambos se imbricam mutuamente” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 225).

O único mundo possível é, portanto, o mundo intencional. É no mundo vivido que o ser humano constrói o sentido das coisas naturais e mesmo daquelas construídas pela sua criatividade. Segundo Valentini (1988, p. 26), “a doação do sentido, assim, acontece na ligação imanente constitutiva do sujeito e das coisas e se dá, também, pelo compromisso com elas”.

O que essa fenomenologia nos ensina, portanto, é o que a modernidade nos fizera esquecer: que somos seres encarnados, que por mais que a cultura da existência mecânica tenha nos afastado da natureza e de nossa própria naturalidade, não conseguimos ser sem uma concretude, sem comunicação com os outros seres. E aqui chegamos ao ponto fundamental de nossas reflexões: os modos de vida a que estamos submetidos na atualidade parecem nos colocar num ambiente estranho, que não compreendemos efetivamente e que, no lugar de nos restituir nossa naturalidade, nos dá condições hiper-reais, obrigações desprovidas de significados construídos autonomamente e necessidades artificiais, privando-nos de nossa identidade humana e biológica.

#### URBANIDADE, MODERNIZAÇÃO E DESENRAIZAMENTO DO MUNDO VIVIDO

É preciso, nesse sentido, repensarmos com alguma constância o que os ambientes antropizados podem fazer com nossas necessidades humanas ou, em outras palavras, com os limites que eles impõem ao desenvolvimento de nossa sensibilidade e de nosso querer.

Para os defensores da teoria crítica, essa resposta é quase que imediata: vivemos em um mundo administrado, movidos pela razão desenvolvimentista, onde a natureza humana é inevitavelmente esquecida: “a teoria do progresso tende sempre a esquecer o homem, ou melhor, representa a liquidação do próprio sujeito” (SILVA, 2001, p. 61). Isso fica

bastante evidente quando estudamos os processos de apropriação do espaço ao longo da história, detectando agressões irreparáveis às culturas autóctones e manifestações claras de insatisfação em função de mudanças de paisagem. Não obstante, essas manifestações quase sempre vêm acompanhadas de uma resignação em função da defesa dos argumentos da razão tecno-científica que se ampara nos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento.

Parece, enfim, que o mundo da vida em que se manifesta a subjetividade não é, definitivamente, o mesmo que aquele que funciona de forma autônoma, movido pelo combustível da razão instrumental. Lamentavelmente, o primeiro tende a subsumir nas forças dominantes do segundo: “a racionalidade do nosso ‘agora’ é uma racionalidade reduzida, que se aplica ao progresso da ciência e da técnica, mas não é estimada capaz de se aplicar às grandes interrogações existenciais”. (VALENTINI, 1988, p. 23).

Nesse contexto, o indivíduo quando se abre ao mundo e à coletividade não se coloca numa dimensão comunicativa de fato, onde manifesta suas singularidades, mas somente se apresenta como um elemento a mais na lógica da funcionalidade do sistema:

na sociedade administrada, o indivíduo perde a sua individualidade, para se tornar uno com seus “semelhantes”, e permanecer nesse todo amorfo como um autômato, como peça a ser removida, sob a lei da pura funcionalidade. (PUCCI, 2001, p. 21)

A busca de crescimento, fundada na ciência e na técnica, utilizando como motivador um argumento de bem-estar e ascensão social, mascara a natureza teleológica de um sistema que escraviza o ser humano na mesma medida em que destrói a natureza, apropriando-se dela e assim privatizando um recurso natural que é um bem comum. Surge, assim, uma infra-estrutura da sociedade sob a coação da modernização.

Ela [racionalização] apodera-se, pouco a pouco, de todas as esferas vitais: da defesa, do sistema escolar, da saúde e até da família, e impõe tanto na cidade como no campo uma urbanização da forma de vida, isto é, subculturas que ensinam o indivíduo a poder deslocar-se em qualquer momento de um contexto de interação para a ação racional teleológica. (HABERMAS, 1968, p. 65)

Um dos efeitos mais perniciosos desse desenvolvimento é a apropriação dos espaços de vivência, onde anteriormente se tinha uma possibilidade de contato com elementos naturais e culturalmente construídos, destruindo-se laços topofílicos que garantiriam uma identificação que é a base da ligação do ser humano com o lugar habitado. O resultado direto disso é um processo de desenraizamento do mundo vivido e de dessensibilização do ser humano, que se intensifica no transcorrer das suas vivências cotidianas em um ambiente transformado, impactado em suas características estéticas e históricas e desprovidos de significados, que não aqueles impostos pela ideologia do crescimento e de falsas condições de qualidade de vida. Segundo Duarte (2004, p. 19-22), os sentidos dos habitantes dessa modernidade estão embrutecidos em decorrência de um ambiente social degradado, de um espaço urbano rude e de uma crescente deterioração ambiental.

Há, adicionalmente, um outro fator decorrente desse estado de conseqüência da modernidade: a destituição de sentidos e a automação do trabalho. De acordo com Valentini (1988, p. 24), na nossa cultura, não se pode colocar de lado a relação do sujeito com seu trabalho, caso contrário, estar-se-ia perdendo um dos aspectos mais centrais de nossa sociedade. Importa-nos, portanto, entender as características que definem o trabalho nas sociedades industriais para compreender as suas conseqüências para a fragmentação do ser humano e o seu distanciamento do mundo da vida.

#### CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES DO TRABALHO NAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS

A contribuição mais efetiva da teoria crítica para a elucidação do trabalho como instrumento de dominação talvez seja a obra *Mínima Moralia* (1992), em que Adorno fala do aprisionamento do ser humano no tédio inerente ao trabalho e na sua conseqüente desumanização imposta pelos ritmos de operacionalização da atividade industrial. Tudo parece passar-se como se o treinamento dessas atividades desprovidas da liberdade de interação entre artífice e produto fosse um desdobramento de um modelo teleológico onde o trabalhador reproduz de forma autômata o que foi exteriormente imposto: “o trabalho objetivado transforma a fábrica numa subjetividade personificada e num ‘monstro colossal’ do qual o trabalhador se torna objeto” (VALENTINI, 1988, p. 24).

O ser humano, assim reduzido a objeto, imerge nas relações de poder inerente à estrutura organizacional do trabalho, submetendo-se a processos de dominação. De acordo com Andrade Filho (1999, p. 76), um traço característico do ser humano moderno é, justamente, não ser só um dominador da natureza, mas também ser protagonista da relação de “dominação do homem sobre o homem”.

Valentini, no ensaio teórico “Husserl: o acesso ao mundo da vida” (1988), tece importantes considerações sobre esse prejuízo do trabalho nas sociedades industriais, à luz da fenomenologia. Vale-nos, portanto, nos atermos a um diálogo mais detalhado com essas idéias neste momento.

O primeiro aspecto que devemos destacar diz respeito ao fato de o ser humano, depois de iniciar suas vivências cotidianas no transcurso de casa ao ambiente de trabalho, passando nos grandes centros urbanos por uma experiência por vezes estressante, começa uma jornada diária de trabalho ou focada num trabalho puramente intelectual ou reprodutor de ações puramente repetitivas. Há assim uma destituição de significados do trabalho, na medida em que desconhece, muitas vezes, desde a matéria-prima que chega a suas mãos até o produto final, além de não compreender a importância dessa produção no sistema social em que está inserido. A função desse tipo de trabalho é perfeitamente adequada à manutenção do modelo de consumo, de forma que o objetivo de trabalho passa a ser tão-somente a aquisição de poder aquisitivo para subsistência e para satisfação de necessidades artificiais.

O trabalhador executa tarefas monótonas e repetitivas num ritmo determinado pela máquina e pela pressão de “produção” a ser atingida. A longa jornada de trabalho e o tipo de trabalho executado geram fadiga e cansaço. [...] Tudo gira em torno da produção, sua racionalização, a divisão do trabalho, o ritmo do trabalho, as horas de descanso, os intervalos para a satisfação das necessidades básicas e até mesmo o incremento de novos métodos de trabalho ou novos equipamentos mais aperfeiçoados, e não em função de ou levando em consideração o trabalhador, o sujeito e suas necessidades e motivações. (VALENTINI, 1988, p. 24)

A humanidade é violentamente reduzida nos espaços de trabalho: não há mais atendimento das necessidades estéticas e volitivas; não há mais interação significativa com o ambiente e com o mundo; não há também a possibilidade de uma análise compreensiva e crítica da relevância social representada pela atividade desenvolvida; sequer há

espaços para a manifestação das habilidades individuais. Num ambiente de trabalho assim constituído, se não há manifestação das singularidades do indivíduo, também não há espaço para a comunicação e, como lembra também Valentini (1988, p. 25), “as manifestações de apoio, solidariedade e cooperação não são favorecidas pelo ambiente”.

O sujeito descrito pela fenomenologia husserliana comprometido com o mundo através de seu trabalho é aquele que coloca sua práxis no mundo e constitui, de certa forma, um mundo com suas finalidades e nele se realiza. Assim, o sujeito se explicita a si mesmo dentro de um real imane e não alienado dele. (VALENTINI, 1988, p. 26)

O trabalho, não obstante, deveria ser o motivador do enraizamento do ser humano no ambiente. Através dele, deveria ser possível uma vivência em que o sujeito se auto-afirmasse e expressasse suas potencialidades criativas e seus interesses políticos. Valentini considera o trabalho como autocriação do ser humano, uma vez que ele é *locus* da ação, por meio da qual ele reconhece a si mesmo como agente e ser social. Neste sentido, fala das condições ideais de trabalho como vida, enquanto associa o trabalho objetivado à morte, “o esquecimento da radical fundamentação do sujeito e o esvaziamento da intencionalidade” (VALENTINI, 1988, p.27).

#### CRIAÇÃO DE SENTIDO NAS RELAÇÕES ESPAÇO-TRABALHO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Nesse momento, voltaremos nosso olhar para uma parcela da sociedade brasileira muitas vezes esquecida nas nossas reflexões sobre as conseqüências da modernidade. Quase sempre quando falamos das sociedades modernas, nos remetemos imediatamente aos moradores dos grandes centros urbanos ou aos operadores das agroindústrias. Queremos, no entanto, tratar dos moradores das pequenas propriedades rurais, espaço bucólico, que, em muitas regiões do país, resistem às transformações impostas pelo modelo de máxima produção e consumo.

Em muitos momentos, vimos filósofos, educadores e sociólogos que discutem o ecologismo e a educação ambiental se referirem a esses lugares como se fossem microestruturas isoladas do mundo, chegando a nomearem os movimentos de volta ao campo como arcaísmo. Haveria

como que um fundo utópico e evidentemente inadequado às condições atuais de vida das sociedades modernas. No entanto, é preciso considerar que esses lugares e os modos de viver neles existentes nunca deixaram de existir na nossa realidade e que, portanto, para os seres humanos que aí e dessa forma vivem, não haveria nenhum sentido em dizer dessa condição utópica e dessa inadequação. São modos de viver que caracterizam cultural e socialmente as regiões onde se inserem e que, portanto, precisam ser compreendidas e, por que não, conservadas.

É justamente nessa tentativa de compreensão que nos voltamos para a percepção ambiental desses grupos e que encontramos a ela associadas uma forma de relação espaço-trabalho que, ainda em nossos dias, diverge desse modelo anteriormente problematizado. A diferença fundamental está em que o trabalho expresso nesses modos de viver ainda oportuniza um encontro diário do ser humano com o lugar habitado e com seus vizinhos, de forma que se caracteriza pela volição, pela vontade de agir sobre a terra e com os outros. Nele, se vê o objetivo, o fim e o significado das ações cotidianas, ao mesmo tempo em que se pode manter o contato com elementos da natureza. Há, nessa relação espaço-trabalho, o respeito à subjetividade e a oportunidade de compartilhamento de forças voltado para um objetivo comum e reconhecido pela comunidade. Como considera Valentini (1988, p. 116), o trabalho “só pode ser entendido na plenitude de seu sentido se ligado à subjetividade humana”.

Numa análise sociológica, diríamos que esse tipo de trabalho se coaduna com um modo de viver que tem se mantido, em parte, apartado da lógica da máxima produção e do consumo, na medida em que o nível de mecanização das atividades é mínimo e que há ainda um objetivo de subsistência e um reconhecimento da prioridade da qualidade de vida por ele oportunizado. Logicamente, há também a idéia geralmente defendida por esses grupos de que alguns avanços tecnológicos foram positivos na medida em que diminuiram o esforço humano aplicado na produção. Mas é concomitante a acirrada defesa dos modos de viver como geradores de satisfação psicológica e ambiental.

Em síntese, tanto as análises de natureza antropológica e fenomenológica quanto as considerações de base sociológica parecem fornecer bons argumentos para se pensar que o avanço das sociedades deve passar pelo crivo da problematização sobre a supremacia do modelo de desenvolvimento. Há outros modelos possíveis, e a preservação de modos de viver deveria ser um princípio de qualquer projeto socioambiental e educativo.

UM CASO CONCRETO: PERCEPÇÃO DO MUNDO VIVIDO E AS RELAÇÕES ESPAÇO-TRABALHO NA COMUNIDADE RURAL DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS (PESCAN)

Nesse momento, a título de visualização concreta dessa condição descrita, apresentamos dados de um trabalho desenvolvido com moradores da área rural no entorno do Pescan – Go. Estes atores apresentam uma forma de relação com o ambiente moldada através da inserção no processo de construção do lugar.

Há, nesse contexto, um contato direto dos habitantes com elementos do ambiente, mediado pela prática cotidiana de uma atividade volitiva que, além de proporcionar bem-estar psicológico, cria, em alguns casos, uma relação afetiva entre seres humanos e natureza.

Esta relação construída na prática cotidiana pode ser considerada de duas formas: uma já expressa através das atividades volitivas e outra através da relação de trabalho estabelecida no processo de modernização, com suas características de padronização de mão-de-obra e escravização do tempo. Antonello (2001, p. 31) relata que “no decurso da penetração do modo capitalista de produção, o campesinato mergulha em águas estranhas ao seu modo de vida tradicional, pautado em uma economia de necessidade”. Não obstante essa condição de estranhamento, os modos de vida continuam a se fundamentar numa relação espaço-trabalho que parece conservar os significados que tem para o morador: oportunidade de contato com a terra e com elementos da natureza e satisfação psicológica advinda da ação volitiva. Destacamos a seguir alguns fragmentos de discurso dos participantes do estudo que expressam essa singularidade.

*Eu gosto daqui, é tudo. Mexer com leite, com gado, tô cuidando das minhas planta aqui, as plantinha, as galinha. Essa vida que Deus deu às criação cuidá com elas. ( J.B.J.)*

*...se eu vender tudo que eu tenho eu posso ficar deitada o dia inteiro. Mas não dô conta não. A gente sempre tinha fazenda, meu pai tinha fazenda minha avó, a gente sempre foi criada na fazenda a gente gosta de fazenda neh? (F.M.)*

*Eu tecia pano, eu fiava e tecia pano, fazia tudo. Eu tenho tanta cobertura aqui feita, com fiado meu! (G.M.O.)*

*Eu sempre morei na roça, convivi sempre com tira leite, com criação, eu gosto! eu não fico aqui [...] Gosto de tá mexendo com tudo quanto é tipo de criação. (J.L.S.)*

*Então eu gosto de mora na fazenda, cuida de fazenda, mas eu gosto mais de mexer com gado. (V.F.L.C.)*

*[...] vê minha criação, eu adoro tratá das minhas galinha assim!! É uma bobeira neh? (F.M.)*

*...passo minha vida assim, parece que o dia é até pequeno aqui pra mim e lá [cidade] fica grande, neh? (...) Toda sexta-feira eu varro esses terreiro, eu rastelo tudo ponho fogo... eu gosto de trabaiá... (D.F.M.)*

*Cada vez trabalhando mais, porque igual você tá vendo sempre foi assim qualquer dia que você chegar aqui você me encontra mexendo com umas coisinha... (J.E.P.)*

Na seqüência desses discursos, pode-se identificar especialmente, além da oportunidade de contato com plantas e animais, uma satisfação com o trabalho e, de fato, mesmo quando os moradores relatam as dificuldades dele características, essa avaliação positiva mantém-se. A característica volitiva das atividades desenvolvidas aparece valorizada com expressões como “mexer na terra”, “tecer”, “fiar”, “plantar”, “tratar os animais”, “cuidar”.

Ressalta-se também o aspecto relativo ao tempo de trabalho e as alterações que esta relação sofre com o processo de modernização. Embora na área de estudo a inserção de tecnologias não tenha atingido o extremo do processo de modernização, ela ocorre e influencia em certa medida os modos de viver. Não obstante, a questão do tempo de trabalho é citada por alguns participantes como um paradoxo: a modernização, no lugar de libertar o trabalhador de horas de atividade, diminui ainda mais o seu tempo livre. Logicamente, tanto a operacionalização de recursos tecnológicos quanto as atividades inerentes ao mercado ocupam um tempo antes não demandado.

Este processo de modernização, ao mesmo tempo em que diminui a força de trabalho humana e animal, distancia os seres humanos de suas atividades cotidianas diretas com os elementos do ambiente, em função da adoção de modelos monoculturais pautados na maximização da produção e comercialização do excedente, tornando o produtor cada vez mais dependente de um sistema de mercado. Ressalta-se neste contexto o discurso de um dos participantes:

*Antigamente parecia que a gente não tinha recurso pra trabalhar, neh! Não tinha máquina, não tinha nada, mas você tinha muito mais tempo pra você fazer as coisas. Você fazia suas obrigações todinha, plantava, colhia, arrumava, todo os dever que tinha que fazer na fazenda você fazia tudo, ainda sobrava tempo. Não vou dizer que você trabalha mais, não, a gente tem prazer de fazer o que a gente faz, neh!! (A.J.)*

#### AS RELAÇÕES ESPAÇO-TRABALHO COM ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DA TOPOFILIA E OS SIGNIFICADOS PARA A EDUCAÇÃO ECOLÓGICA

As relações de trabalho em ambientes rurais estão centralizadas em alguns pontos importantes, como o contato direto com elementos da natureza, que é a base dos modos de viver rurais, aspectos que ligam o morador ao ambiente e constrói sua relação afetiva. Esta forma de relação com o trabalho mostra-se como oposto do trabalho moderno que subjuga os seres humanos a uma relação de domínio, inserindo-o numa lógica produtiva impensada e enfadonha, ao mesmo tempo em que o distancia da concretude, privando-o de sua naturalidade.

Mesmo o exercício da intelectualidade parece não ser mais necessário a um indivíduo reprodutor de ações e, nesse contexto, o significado de viver é superado pelo de produzir. Contra essa situação dada, Perls (apud ALVIN, 2006, p. 126) considera a função da redescoberta de sentidos da existência humana: “nós descobrimos que produzir coisas, viver para coisas e trocar coisas não é sentido fundamental da vida. Descobrimos que o sentido da vida é que ela deve ser vivida e não comercializada”.

Na mesma proporção em que se perde o hábito da reflexividade, perde-se também a sensibilidade diante dos fatos cotidianos. Duarte (2004, p. 19-22) faz uma análise sobre a deseducação dos sentidos no mundo moderno: “na esteira dessa regressão sensível operada pela sociedade industrial, a questão é verificar-se o quão embrutecidos e toscos se encontram os sentidos humanos [...] e tratar de sobre eles atuar...” (p. 26).

A dessensibilização do ser humano e das mudanças na relação espaço-trabalho advindas da modernização criam, portanto, na contemporaneidade, um ser humano afastado de suas origens biológicas e da sua relação com o ambiente. Em outros termos, podemos considerar que mudar os modos de viver e a relação com o trabalho significa também enfraquecer os laços topofílicos.<sup>1</sup> A ligação topofílica que o ser humano estabelece com seu meio, de acordo com Tuan (1980, p. 5), têm relações

diretas com a sua condição biológica, seu histórico de vida, sua educação, seu trabalho e com os arredores físicos.

Inserir-se, nesse sentido, a necessidade de uma reeducação que busque, através da reintegração do sujeito ao mundo da vida, uma ressensibilização do humano, a garantia de preservação dos laços topofílicos e o resgate de valores perdidos com a modernização. Os modos de viver singulares e as formas de relação espaço-trabalho devem ser assim respeitados e tomados como foco das ações educativas. O repensar desta relação faz-se necessário, já que, de acordo com Antonello (2001, p. 31), “para o caráter tradicional do trabalho que revestia a produção camponesa direcionada a um fim, a racionalização econômica ao extremo constituía-se em uma irracionalidade incompreensível, a de transformar sua vida em função do trabalho, o trabalho como obrigação”.

A alteração de uma forma de produção com base em uma utilização de tecnologias em pequena escala para uma em grande escala distancia o produtor do contato direto com os elementos do ambiente, interpondo-se entre eles máquinas e equipamentos, além de reduzir a diversidade do contato, agravada pela passagem de um sistema de policultivos para um de monocultivo.

A utilização dos conhecimentos existentes acerca do meio em que vive, e da sua relação direta com este, como base de um processo educativo ecológico, é uma via ainda não utilizada quando se propõe a educação ambiental com essas comunidades. Dessa forma, uma educação que motive a valorização dos modos singulares de vida e de trabalho pode tornar-se um importante instrumento no atual contexto ambiental, limitando e racionalizando o avanço do processo de modernização que, além de distanciar o trabalhador da terra e da natureza, provoca danos ambientais irreparáveis. Os modelos de pequenas propriedades voltadas para o cultivo orgânico ou para a extração sustentada testemunham a possibilidade desse encaminhamento.

A busca de um processo educativo de populações que vivem em ambientes rurais e próximos a áreas de preservação de biodiversidade requer uma compreensão das singularidades culturais desse ambiente, de forma que os modos de vida e os seus elementos significativos, como é o caso da relação com o trabalho no presente contexto, precisam receber atenção especial. A manutenção da relação entre estas populações e o meio que habitam, trabalham e imprimem suas histórias é capaz de manter a identidade sociocultural de um povo e a perda desta relação é

capaz de destruí-la. Incutido em sua identidade e cultura está o respeito ao ambiente, que, além de ser o palco de sua vida, é a fonte de sentidos de suas ações cotidianas.

Dessa forma, resgatar esta relação nos locais em que foi perdida, ou mantê-la onde ainda lhe resta vestígios, significa conhecê-la em sua totalidade. Apenas amparados nesse conhecimento gerado é que podemos criar bases para a construção de uma sociedade rural efetivamente sustentável. O papel da educação ambiental nesse processo, portanto, seria o de gerar compreensões sobre as singularidades existentes, e o impacto da racionalidade progressista sobre elas e as reflexões que motivassem um reconhecimento e uma valorização de modos de viver que mantêm o ser humano encarnado no mundo da vida.

#### ABSTRACT

Studies on environmental perception rarely treat of daily living, leisure or work, which shape our way of living and make possible the construction of conceptions and topophilic links which are the basis of our relationship with the place in which we live. In this study, the technical scientific reason behind modernity is discussed as well as our resultant distancing from nature and the world in which we live as a direct consequence of changes in life and work. A concrete rural reality is described, highlighting possible meanings of preservation of the space-work relationship of those who live in the surroundings of the Serra de Caldas State Park in Goiás. To do so, the referential theory of phenomenology was used as well as certain anthroposophical considerations, critiques and aesthetic education.

Keywords: Environmental education. Environmental perception. Work. Phenomenology.

#### NOTA

1. A topofilia foi um fenômeno tratado por Bachelard, na obra *A poética do espaço*, e utilizado por Tuan (1980) em obra homônima, definindo-o como “o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5)

#### REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Tradução de Luiz E. Bicca. São Paulo: Ática, 1992.

ALVIN, B. M. A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade: uma visão crítica fundamentada na gestalt-terapia. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, UERJ-RJ, ano 6, n. 2, 2º sem.-2006. p. 122-129.

ANTONELLO, T. I. *A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato*. São Cristovão, SE: NPGE, UFS, 2001.

BACH JR., J. *Educação ecológica por meio da estética na pedagogia Waldorf*. Dissertação, 2007 (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

\_\_\_\_\_. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução de Luiz S. Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUSSERL, E. *A idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. Tradução de José A. Gianotti e Armando M. Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 1984.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos A. R. Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, F. M. C. *A Relação entre homem e natureza na pedagogia Waldorf*. Universidade Federal do Paraná. Dissertação, 2006. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

PUCCI, B. O gigante da globalização e as futuras das Mínima Moralia. In: LASTÓRIA, L. A. C. N. et al. (Orgs.). *Teoria crítica, ética e educação*. Piracicaba/Campinas, SP: Unimep, Autores Associados, 2001.

SILVA, R. C. Razão instrumental, dominação e globalização: a dialética como tarefa da filosofia de Max Horkheimer. In: LASTÓRIA, L. A. C. N. et al. (Orgs.). *Teoria crítica, ética e educação*. Piracicaba/Campinas, SP: Unimep, Autores Associados, 2001.

STEINER, R. *A arte da educação*. Tradução de Rudolf Lanz. São Paulo: Antroposófica, 1988.

TUAN, Yu Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VALENTINI, L. Husserl: o acesso ao “mundo-da-vida”. In: DICHTCHEKENIAN, S. F. B. (Org.). *Vida e morte: ensaios fenomenológicos*. São Paulo: Editora C.I., 1988.

\_\_\_\_\_. Intersubjetividade popular: enfoque fenomenológico. In: DICHTCHEKENIAN, S. F. B. (Org.). *Vida e morte: ensaios fenomenológicos*. São Paulo: Editora C.I., 1988.